

# Sumário



## 2 EDITORIAL

## 3 ESPAÇO DO LEITOR

## CAPA

- 4 União de educadores: possibilidade de inclusão  
A importância da equipe multiprofissional e da interdisciplinaridade na inclusão de alunos com deficiência

## NA ESCOLA

- 8 Alfabetização
- 10 Meio ambiente  
O lixo
- 12 Matemática  
Prancha temática: número e quantidade
- 13 Ciências  
Partes da árvore
- 14 Experiência  
Composteira
- 16 Datas comemorativas  
Dia dos Pais

## COLUNA

- 17 Todos podem aprender  
Por Luciana Fernandes Duque

## BRINCADEIRAS ADAPTADAS

- 18 Zoológico
- 19 Adivinhe qual é o animal

# CAPA

De acordo com dados do MEC e do Inep, o número de alunos com deficiência matriculados aumentou. Nesta edição, a matéria de capa mostra os profissionais (ao lado) do Centro de Ensino São José de São Paulo que se uniram às famílias e à comunidade para proporcionar inclusão por meio da interdisciplinaridade e de uma equipe multiprofissional. Mostra também as histórias de Giovanna e Lucas, estudantes deste Centro, exemplos de que é possível desenvolver as potencialidades dos alunos com deficiência.



## CIRANDA DAS DIFERENÇAS

- 20 A escola da tia Maristela

## FONO NA ESCOLA

- 22 Aquisição de linguagem

## CULTURA

- 25 Dicas de filmes, livros e muito mais

## EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

- 26 A inclusão educacional é simples – Por Jô Nunes

## ENTREVISTA

- 29 Maria de Fátima Luz Lemos – Melhoria da qualidade de ensino e promoção da inclusão

## MURAL DA EDUCAÇÃO

- 32 Dicas de seminários, cursos e muito mais

# Editorial

A troca de experiências entre os educadores e a interdisciplinaridade tem sido o caminho traçado pelos profissionais do Centro de Ensino São José para alcançar a inclusão dos alunos com deficiência, por isso eles são os entrevistados da matéria de **Capa** deste mês. A escola particular da cidade de São Paulo possui 16 alunos com deficiência intelectual, dentre os 601 alunos matriculados. Cada um tem forma e ritmo de aprendizagem diferentes que são respeitados, por isso as adaptações curriculares são importantes para garantir autonomia e aprendizado dos conteúdos pedagógicos. As histórias de Giovanna e Lucas são exemplos de que é possível desenvolver as potencialidades dos alunos com deficiência.

Na **Entrevista**, a professora Maria de Fátima Luz Lemos fala sobre seu trabalho na Escola Estadual Professora Maria Lauretânia R. B. do Vale, voltada para a promoção de mudanças em relação ao que é aprender e ensinar. Portanto, especialistas em inclusão afirmam que o papel dos educadores continua sendo proporcionar atividades pedagógicas nas quais todos os alunos aprendem juntos. Fazer uma composteira ecológica com resíduos orgânicos – a sugestão de experiência da seção **Na Escola** –, junto com atividades para conhecer números e suas quantidades por meio de uma prancha temática, e partes de uma árvore em braille, para alunos com deficiência física e visual, são formas simples e eficientes de transmitir conhecimentos. Afinal, como Jô Nunes, mãe de uma jovem com deficiência intelectual, diz na seção **Educação e Família**: “É preciso que a sociedade entenda que a inclusão educacional é simples: basta respeitar a limitação de todos”. E a professora Luciana Fernandes Duque completa: “Todos podem aprender, só precisamos descobrir como!”.

Abraços, **Márcia, Mary e Leandra.**

Ano I – Nº 9  
Agosto de 2010  
ISSN 2175-9634

**Diretor Executivo:**  
Donaldo Walter Buchweitz

**Diretora:**  
Clécia Aragão Buchweitz

**Edição:**  
Márcia Honora  
Mary Lopes Esteves Frizanco

**Coordenação Pedagógica:**  
Mary Lopes Esteves Frizanco

**Jornalista Responsável:**  
Leandra Migotto Certeza (MTb 40546)

**Repórteres:**  
Cibele Gallinucci e Leandra Migotto Certeza

**Edição de Arte e Diagramação:** Eduardo Barletta  
**Ilustrações:** Lie Kobayashi e Paulo Edson Moura  
**Foto da Capa:** Anderson David

**Revisão:**  
Sueli Brianezi Carvalho, Júlio César Silva,  
Michele de Souza Lima e Silvana Pierro

**Colaboraram nesta edição:**  
Alunos, pais, professores, coordenadores e diretores do Centro de Ensino São José, Eduardo Costa, Flávia Beillo Menaldo Cintra, Giovanna Simões Abud Calamandrei, Isabela Pintoni Moreira, Jô Nunes, Laura Caselli Messias, Luciana Fernandes Duque, Lucas Guilherme Oliveira Batista Silva, Maria de Fátima Luz Lemos, Mauricio Esteves Nascimento, Pércio Marcos Antônio Batista Silva, Rosana Aparecida de Oliveira, Rubens Cruz Ferreira e Silvana Simões Abud.

**Administração/Financeiro**  
Equipe da Editora Ciranda Cultural

**Impressão:** Prol Editora Gráfica

**Distribuída em todo o país pela Dinap S/A**  
**Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo**

**Distribuição, Assinaturas e Publicação:**  
Editora e Distribuidora Ciranda Cultural Ltda.  
Rua Frederico Bacchin Neto, 140 – Loja 6  
Parque dos Príncipes – São Paulo – SP  
CEP 05396-100  
Tel./Fax: (11) 3761-9500  
www.cirandainclusao.com.br



Ciranda Cultural

# Espaço do leitor

## Mãe orgulhosa

Vi no site da editora a foto do meu filho na capa da 6ª edição, sobre Autismo. Mais uma vez obrigada por essa oportunidade de levar a nossa história para servir como um pequeno exemplo: de que nunca devemos desistir dos nossos filhos, sempre tendo a consciência de que ainda temos muito pela frente. E com a ajuda de vocês, fica bem melhor! Um abraço apertado para todos que editam a revista.

**Fernanda Alves Santos. Santos/SP**

*Fernanda, quem tem que agradecer somos nós. Muito obrigada. Parabéns, seu filho é um encanto. Conte conosco. Abraços.*

## Estudante encantada

Amei a revista. Estou no 3º período do curso de Pedagogia e sempre tive vontade de trabalhar com alunos com deficiência. Adquiri a revista de vocês e amei o conteúdo, parabéns e muito sucesso!

**Isabele Soares. Teresina/PI**

*Isabele, muito obrigada pelas palavras de incentivo. Que bom contribuir com sua formação. Esperamos que em breve possa nos escrever e compartilhar suas experiências. Abraços.*

## Atividades pedagógicas

Preciso de materiais com atividades para alunos com deficiência intelectual e com surdez.

**Célia. Pimenta Bueno/RO**

*Em todas as edições existem sugestões de atividades para alunos com deficiência. Na 7ª edição (junho de 2010) foi publicada uma reportagem sobre deficiência auditiva e os exames de audição, e na 3ª edição (fevereiro de 2010) um artigo sobre as principais características das deficiências intelectuais. Esperamos que atendam às suas necessidades. Boa leitura. Um abraço.*

## FALE CONOSCO

Compartilhe experiências enviando mensagens para: [relato@cirandainclusao.com.br](mailto:relato@cirandainclusao.com.br)

Esclareça dúvidas sobre as seções da revista pelo e-mail: [pergunta@cirandainclusao.com.br](mailto:pergunta@cirandainclusao.com.br)

Escreva para nossas editoras: [escritoras@cirandacultural.com.br](mailto:escritoras@cirandacultural.com.br)

Acesse também: [www.cirandainclusao.com.br](http://www.cirandainclusao.com.br) e [www.cirandacultural.com.br](http://www.cirandacultural.com.br)

Escreva cartas para: Rua Frederico Bacchin Neto, 140 – Loja 6 – Parque dos Príncipes, Jardim Adalgisa CEP 05396-100 – São Paulo – SP  
Por motivo de espaço, as cartas e e-mails podem ser publicados resumidamente.

## CONVITE

Professores, com e sem deficiência, que queiram ser entrevistados para contar sobre suas experiências com a educação inclusiva, mandem um resumo de suas histórias com nome completo, escola onde leciona ou lecionou, telefone e e-mail para: [cirinclusao@cirandacultural.com.br](mailto:cirinclusao@cirandacultural.com.br)

As entrevistas selecionadas serão publicadas nas próximas edições da Ciranda da Inclusão.

Por: Leandra Migotto Certeza  
Fotos: Anderson David

# União de educadores: possibilidade de inclusão

A importância da equipe multiprofissional e da interdisciplinaridade na inclusão de alunos com deficiência

A inclusão escolar é um processo de adequação das escolas públicas e particulares (em parceria com as famílias, os alunos e a sociedade) para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, independente de etnia, gênero, idade, situação socioeconômica, deficiência e/ou demais necessidades específicas. Para isso, as instituições de ensino precisam adaptar suas instalações físicas; dispor de recursos técnicos (como livros em braille para alunos com deficiência visual) e de comunicação (como intérprete da Língua Brasileira de Sinais para alunos com deficiência auditiva), tendo em vista que, segundo a Lei Federal nº 7.853/89, não se pode recusar a matrícula de alunos com deficiência.

De acordo com dados do Censo Escolar 2009 do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), estão matriculados no Brasil 639.718 estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas. Desse total, 56% estudam em escolas regulares, 31% em escolas especializadas, e 13% em classes especiais dentro de escolas regulares. O Centro de Ensino São José, na cidade de São Paulo, tem unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio, nas quais estudam alunos com deficiência: uma ainda é parcialmente acessível e a outra está sendo adaptada. Fundada, em 1978, por Benedicta Gonçalves Pereira, em sua própria casa, a escola transformou-se, em 1982, no "Larzinho São José". Em 1995, Marli Aparecida Pellegrini, uma das filhas da fundadora, seu marido João Marcos Pellegrini e suas filhas assumiram a propriedade e a direção da escola. Era uma época em que o antigo modelo da integração das escolas especiais ainda vigorava no país; diferente de hoje, em que todos os alunos devem estudar juntos, com a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento educacional, indepen-



Victor Vaz Pavani, coordenador pedagógico;  
Flávia Cintra, diretora da Unidade I;  
Lilian Veronese, psicóloga; e Mariana Simi,  
orientadora educacional

dente de qualquer característica peculiar que apresente ou não. Dos 601 alunos matriculados na escola, 16 possuem deficiência intelectual, além daqueles com necessidades educacionais específicas, como dislexia. Porém, para a diretora Flávia Beillo Menaldo Cintra, 32 anos, não basta que os alunos estejam na sala de aula. É necessário adaptar o currículo de acordo com as especificidades e potencialidades de cada um. Por exemplo, um aluno que tem déficit de atenção pode optar por realizar uma avaliação em dois dias e em outra sala para não ter interrupção. "Por isso, o papel da equipe multiprofissional e da interdisciplinaridade também é fundamental. Pesquisamos a história escolar do aluno e conhecemos suas necessidades para garantir a aprendizagem dos conteúdos pedagógicos. E frequentemente nos reunimos, esclarecemos dúvidas e construímos intervenções em parceria com as famílias, os alunos e profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, médicos, fonoaudiólogos, entre outros, caso os alunos sejam atendidos por eles fora da escola", esclarece a diretora. A troca de experiências e a interligação entre disci-



Lucas Guilherme O. Batista Silva, aluno do 7º ano  
do Ensino Fundamental e sua colega de classe

plinas e áreas do conhecimento é cada vez mais frequente entre os educadores. Todos os professores do Centro de Ensino São José acreditam na inclusão, por isso praticam a interdisciplinaridade. Os docentes de Informática, Teatro, Língua Inglesa e Língua Espanhola realizam atividades junto às disciplinas básicas como Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História, por exemplo; além de contarem com o apoio dos coordenadores pedagógicos e dos professores tutores, que são responsáveis por um grupo e estão sempre em contato com outros, coletando informações sobre a sociabilidade e o desenvolvimento pedagógico. O aluno com deficiência intelectual, Lucas Guilherme Oliveira Batista Silva, 14 anos, cursa o 7º ano do Ensino Fundamental e realiza trabalhos interdisciplinares. "O professor de Matemática e eu trabalhamos com ele os números do dia a dia, pois sentimos a necessidade de abordar um tema que fosse interessante para a sua vida principalmente fora da escola. E sempre que julgo necessário, recorro à coordenação ou a outros colegas para trocarmos experiências e reciclar os métodos pedagógicos", explica Isabela Pintoni Moreira, 28 anos, professora de Língua Portuguesa de Lucas.

## A riqueza da adaptação curricular para atender à diversidade

Cada aluno tem forma e ritmo de aprendizagem diferentes que são respeitados em uma sala de aula inclusiva, proporcionando aos professores o desenvolvimento de habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada um. A aluna do 5º ano do Ensino Fundamental com deficiência intelectual, Giovanna Simões Abud Calamandrei, 14 anos, aprende os mesmos conteúdos em todas as disciplinas com uma linguagem simples. "Enquanto os alunos sem deficiência discutem sobre a biodiversidade da



Eduardo Costa, professor de Arte e Teatro de  
Lucas e seus colegas de classe



Giovanna Simões Abud Calamandrei, aluna do 5º ano  
do Ensino Fundamental e sua professora Laura Caselli



Giovanna e seus colegas de classe

Amazônia, por exemplo, ela entende que lá tem muitos bichos e plantas diferentes. Em relação à Matemática, ensinamos o sistema de numeração decimal, pois a aluna tem dificuldades para escrever números a partir da centena. O conceito de divisão será desenvolvido na medida em que houver a compreensão e o domínio da multiplicação", explica Laura Caselli Messias, 28 anos, professora de Giovanna. Rubens Cruz

Ferreira, 49 anos, professor de Ciências, também adapta o currículo para Lucas, mostrando o sentido prático do que pode ser utilizado em seu cotidiano. “Mas não existe receita, pois cada aluno é único”, afirma. O mesmo faz Maurício Esteves do Nascimento, 28 anos, professor de História. “Usamos um livro específico, que conta com textos sucintos e exercícios com enunciados objetivos para facilitar a compreensão do Lucas na hora da leitura”, conclui. Para os educadores que acreditam na inclusão, os alunos com deficiência, ao conviverem com aqueles que não possuem, podem aprender melhor e mais rapidamente, por meio de exemplos positivos dos colegas, além de ajudá-los a superar suas dificuldades. Eduardo Costa, 43 anos, professor de Teatro e Artes explicou que existem alunos com deficiência com autonomia para acompanhar o ritmo do grupo sem a menor dificuldade; esclarecem dúvidas sempre que possível e são orientados pelos colegas durante as atividades. Enquanto outros, com uma autonomia de grau menor, necessitam de orientação constante do professor e dos colegas, o que não prejudica a qualidade das atividades. “Trabalhamos a integração de todos os alunos, com e sem deficiência, por meio de atividades em duplas ou grupos. Raramente eles estão sozinhos. A razão é simples: muitos são inibidos e, tendo um colega ao lado, a execução da atividade é certa. E nas aulas seguintes eles começam a se desinibir. As atividades mais apreciadas são as improvisações de pequenas cenas com o uso de figurinos e objetos cênicos”, conclui o docente. Já a estratégia do professor Maurício é solicitar a um colega que senta ao lado de Lucas para ajudá-lo nas tarefas quando possível. Os professores também usam imagens, linguagem simples e lúdica, além de acompanhamento direcionado, sempre que necessário. “Sinto que o Lucas gosta de relacionar os animais com quantidade, pois para ele é algo concreto”, explica Rubens.

### Compartilhar experiências entre familiares e a escola amplia possibilidades

A parceria com as famílias é uma das premissas do Centro de Ensino São José, pois a troca de informações, experiências e sugestões tem como objetivo garantir a confiança entre educadores e pais. Para a diretora Flávia, alguns pais dos alunos com deficiência podem criar uma expectativa de que o trabalho será fácil e não acontecerão falhas, mas não há uma previsão de quando haverá progresso no processo de inclusão, pois cada aluno possui um ritmo de aprendizagem que sempre será respeitado. “Então, explicamos



Lucas e seu pai, Pêrsio Marcos Antônio Batista Silva



Giovanna e sua mãe, Silvana Simões Abud

que a adaptação é gradativa, de acordo com o tempo necessário para alunos, famílias e a comunidade escolar se conhecerem e se sentirem seguros. E antes da matrícula, conversamos com os pais e com os especialistas para que todos se envolvam no processo de inclusão do aluno”, esclarece. “A relação com a mãe da Giovanna é boa. Após conversarmos, ela percebeu que deveria cobrar maior responsabilidade da filha, para construirmos sua autonomia em parceria”, explica a professora Laura. “Os professores estão acertando porque todos os dias a Giovanna conquista algo novo. Ela acompanha os conteúdos”, contou Silvana Simões Abud, 50 anos, mãe de Giovanna. O pai de Lucas,

Pêrsio Marcos Antônio Batista da Silva, 50 anos, administrador de empresas, acompanhava o filho no início, pois ele não ficava muito tempo em um lugar desconhecido. “Primeiro fiquei dentro da sala de aula, depois na porta, no corredor, até ficar só no carro. E hoje ele permanece o período integral na escola sem precisar do meu apoio”, conta.

### Histórias de conquistas

As histórias dos pais de Giovanna e Lucas são parecidas pelas conquistas observadas, porém diferentes pela forma como conseguiram chegar até elas. Os pais dos dois alunos com deficiência intelectual do Centro de Ensino São José contaram um pouco sobre as dificuldades encontradas pelo caminho até os avanços dos filhos.

“Eu soube do diagnóstico pela pediatra após a cesariana. Enfrentei a culpa que todos queriam que eu sentisse por ela ter nascido com síndrome de Down, por eu ter 35 anos. Os primeiros médicos que encontrei foram muito pessimistas em relação ao seu desenvolvimento. Achei que minha filha tinha acabado ali. Depois de 2 anos, comecei a fazer tudo o que meu coração mandava. Ela nunca estudou em escolas especiais, pois sempre acreditei que o convívio com todos os alunos seria o melhor. Na escola ela é uma criança que aprende diferente, mas a palavra preconceito não existe por lá. Minha filha gosta de passear no parque, andar de bicicleta, jogar e assistir a filmes”, conta Silvana.

Giovanna gosta de escrever e está participando do concurso de poesias da escola. “Querido Diário” é seu primeiro poema.

### Querido diário

*O sol estava brilhando*

*No céu*

*Chuva cai no chão*

*O vento entrava pela janela*

*A lua estava por perto*

*A estrelinha brilha no céu.*

**Giovanna Simões Abud Calamandrei**

Rosana Aparecida de Oliveira, 46 anos, mãe de Lucas, contou que procurou um médico “porque o Lucas não falava e se aproximava pouco de outras crianças. O diagnóstico feito por um neuropediatra foi de transtorno evasivo do desenvolvimento (um dos espectros do autismo), após ter sido descartada a hipótese de surdez pelo otorrino. Ele estudou na pré-escola regular do irmão mais velho, mas lá não conseguia ficar

dentro da sala de aula, não brincava e chorava muito. Depois o aceitaram em outra escola regular só porque ficaria no período da tarde em uma sala especial; porém, no 3º ano, os diretores disseram que não poderiam mais tê-lo lá. Então, ele estudou até os 6 anos em escolas especiais, e só com 7 anos foi matriculado no São José. O mais importante é que o nosso filho seja feliz e se sinta bem onde está. Lucas gosta muito de computador, andar de bicicleta, nadar, ouvir música e assistir à televisão. A inclusão ainda está engatinhando em nosso país”.

**Informações:** Centro de Ensino São José – [www.cesaojose.com.br](http://www.cesaojose.com.br) e Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – [www.portal.mj.gov.br/corde](http://www.portal.mj.gov.br/corde)

### Inclusão na prática

Exemplos de inclusão de quem acredita que as pessoas com deficiência podem ser protagonistas de suas vidas. Na Espanha, cerca de 100 jovens com síndrome de Down elaboraram um guia em espanhol (com versão digital em DVD) baseado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de propor o contraste entre os princípios legais de proteção aos direitos das pessoas com deficiência e a forma como as próprias pessoas com síndrome de Down os percebem. No Brasil, uma das maiores empresas de celulares criou um comercial para TV com uma menina com síndrome de Down em destaque; Breno Viola, jovem com síndrome de Down, é candidato ao cargo de presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD); o Movimento Orgulho Autista Brasil realizou uma blitz educativa em Santa Maria, Brasília, distribuindo folhetos informativos aos motoristas; o Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb) promoveu um ciclo de palestras sobre as políticas públicas para conscientizar sobre a importância do Dia do Orgulho Autista, celebrado dia 18 de junho; e a Exposição de Arte Autista da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Mental (Apadem), realizada em Volta Redonda, Rio de Janeiro, apresentou 30 trabalhos de 23 artistas com autismo, de Volta Redonda, Barra Mansa, Belém do Pará e São Paulo.

Mais informações sobre síndrome de Down podem ser encontradas na 3ª edição (fevereiro de 2010) da revista Ciranda da Inclusão; e sobre autismo, na 6ª edição (maio de 2010).

# A inclusão educacional é simples

Juelina Nunes, conhecida como Jô, é técnica de nutrição e mãe de Jéssica, uma jovem com deficiência intelectual que concluiu o Ensino Médio, trabalha voluntariamente com monitoria educacional e dá palestras sobre educação em instituições, escolas e empresas. Jô também é presidente da Associação Brasileira de Síndrome de Williams (ABSW) e conta como foi o processo de educação de sua filha inaugurando a seção Educação e Família, um convite aos leitores a compartilharem suas experiências!

O processo de educação da minha filha, Jéssica Nunes Herculano, hoje com 19 anos, foi árduo. Houve momentos que pensamos em desistir, porque era uma época na qual pessoas com deficiência intelectual ficavam somente em instituição ou dentro de casa, e não frequentavam a escola. Mas sempre acreditamos que nossa filha tem o direito de estudar, batalhamos muito pela educação dela. Jéssica possui síndrome de Williams, e aos 4 meses foi para a creche. No segundo dia me chamaram, pois queriam saber o que ela tinha. Como ainda não havia diagnóstico, era muito constrangedor receber as reclamações na frente de todos da escola. Ela era a única criança com deficiência que frequentou a creche até os 5 anos. Depois foi para uma escola municipal de Educação Infantil. Só que, no segundo dia, fui convidada a retirar minha filha de lá porque diziam que ainda não estavam preparados. Jéssica não estava se desenvolvendo e enfrentava muitos problemas. Moro perto do município de Cotia e, então, apesar da distância, acabei desistindo e colocando-a em uma escola estadual que tinha “salas especiais” e ficava na Pompeia, cerca de 30 quilômetros longe de casa. Lá ela estudou três anos e aprendeu algumas coisas boas, mas muitas coisas ruins. Eu estava cansada de continuar procu-

rando uma escola adequada para minha filha, quando uma professora me ligou. Fizemos uma boa parceria, e em três meses ela foi alfabetizada, e no ano seguinte foi “incluída”.

Porém, este processo ainda não foi completo, e aos 10 anos, minha filha foi para uma sala com 42 alunos, sendo que dois tinham hiperatividade. Jéssica frequentava também a sala de apoio. No total, minha filha, passou por oito escolas. Muitas apresentavam resistência e faziam questão de provar que a inclusão não deu certo. Depois, várias barreiras foram quebradas: na escola, com os professores e com o governo, que não acreditavam e não investiam na inclusão verdadeira. Até ouvi que era para eu autorizar a volta da minha filha para a sala especial. Eu não aceitei. Fiquei quatro horas na porta do juiz da secretaria da educação até ele me receber. Pedi uma autorização para deixar minha filha ir à escola, já que eu estava fazendo a minha parte de mãe e o governo não. O juiz resolveu e a Jéssica começou a frequentar a sala de apoio nas escolas regulares. Foi feita uma adaptação no currículo; a escola aceitou a ajuda dos terapeutas da minha filha e as adaptações arquitetônicas necessárias aos outros alunos com deficiência física, além de capacitar os professores e os funcionários. Levei até uma médica para visitar a escola e explicar sobre



Jô e Jéssica

a síndrome de Williams. Também ganhei o direito de poder participar e opinar sobre a aprendizagem da Jéssica. Alguns educadores foram parceiros, e sempre quando eu era ouvida e respeitada, as coisas davam certo. Mas outros problemas surgiram. Nesta escola, uma mãe não queria a Jéssica perto do filho dela.

**“Ganhei o direito de poder participar e opinar sobre a aprendizagem da Jéssica”**

Acabei explicando, com muita calma, a deficiência da minha filha, e também a ajudei, porque o filho dela tinha hiperatividade. E até hoje somos amigas.

Também fui discriminada pelos pais dos alunos com deficiência quando a Jéssica foi para a sala comum: tiraram-me da associação de pais, porque disseram que eu não podia mais participar dos conselhos das escolas especiais porque minha filha estava incluída. Já no 5º ano do Ensino Fundamental surgiram muitos problemas, pois eram salas ambientes e a Jéssica se perdia. No Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja) quando começaram os apelidos, acabei fazendo dinâmicas na sala de aula e falando dos potenciais da minha filha. Então, a Jéssica passou a ser tratada com respeito na escola até concluir o Ensino Fundamental. Minha filha sempre teve atendimento de vários profissionais para o seu desenvolvimento: fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, psicomotricista, neuropsicólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta. Todos esses serviços eram particulares, tentei muito conseguir os atendimentos no serviço público gratuito, mas não obtive sucesso.



Juelina Nunes, (Jô)

Como eu não tinha condições financeiras, fui aos consultórios pedindo o atendimento em troca de eu fazer limpeza à noite... Alguns aceitaram a troca; e outros me deram o atendimento gratuito. As escolas ainda não tinham nenhuma parceria com instituições. Hoje, como presidente da Associação Brasileira de Síndrome de Williams (ABSW), visito escolas e secretarias de educação em várias localidades do país, e vejo que ainda existe muita resistência e falta de informação. Às vezes, tenho que acionar a justiça para ajudar a incluir uma pessoa com síndrome de Williams. Vejo que o governo precisa respeitar as instituições e reconhecer o nosso papel de sociedade civil em todas as áreas. Também é preciso capacitar as famílias. Faço um trabalho com familiares de pessoas com deficiência, e sempre inicio a palestra perguntando o que é inclusão *versus* política pública, e até hoje nunca me responderam corretamente.

“Sempre quando eu era ouvida e respeitada as coisas davam certo”

O resultado é este embate da família e a escola porque a família ainda não está entendendo o trabalho da escola. Também falta conhecimento sobre as deficiências, diagnósticos precisos (enquanto não se implantar a genética no Sistema Único de Saúde (SUS), nada estará resolvido em relação aos diagnósticos), parcerias entre a educação e a saúde, e mais profissionais multidisciplinares. É preciso que a sociedade entenda que a inclusão educacional é simples: basta respeitar a limitação de todos.

#### SÍNDROME DE WILLIAMS

A síndrome de Williams é uma deficiência genética rara, ainda não diagnosticada adequadamente. Não é congênita e nem tem causas ambientais, médicas ou influência de fatores psicossociais. Tem impacto sobre diversas áreas do desenvolvimento, incluindo cognitiva, comportamental e motora, tanto em homens como em mulheres, em qualquer lugar do mundo e grupo étnico. A maioria das crianças tem grandes dificuldades de alimentação no primeiro ano de vida, incluindo vômitos, recusa de alimento, e podem mostrar irritação e chorar muito. Estima-se que uma em cada 20 mil crianças nasça com síndrome de Williams. A deficiência foi descrita pela primeira vez em 1960 por um médico neozelandês, o doutor J. C. P. Williams, quando verificou que um grupo de pacientes pediátricos possuía sintomas parecidos: problemas cardiovasculares, rostos com características semelhantes e dificuldade intelectual moderada para ler, escrever e efetuar operações matemáticas.

Mais informações no site da ABSW: [www.swbrasil.org.br](http://www.swbrasil.org.br).

Por: Cibele Gallinucci  
Foto: Arquivo Pessoal

## Maria de Fátima Luz Lemos



O objetivo da Escola Estadual Professora Maria Lauretânia R. B. do Vale, onde a professora, Maria de Fátima Luz Lemos trabalha, é a melhoria da aprendizagem, com a finalidade de abrir portas e promover mudanças; inclusive no que diz respeito ao que é aprender e ao que é ensinar. A escola desenvolve um trabalho de qualidade para os alunos nas diferentes áreas do currículo, promovendo a inclusão social. Em 2009, foram matriculados 186 alunos, dentre os quais, 39 com deficiência.

**Ciranda da Inclusão: Conte sobre a Escola Estadual Professora Maria Lauretânia R. B. do Vale. Qual é seu objetivo?**

**Maria de Fátima:** Ela funciona em uma instituição fundada em 1987, que oferece atendimentos pedagógico e socio-terapêutico às pessoas com deficiência e/ou necessidades educativas especiais. Pertence à entidade filantrópica Obras Sociais Dom Bosco. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que exige que pessoas com deficiência sejam incluídas nas salas de aula regulares, extinguindo as classes especiais, a escola estadual funciona com turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino, e está apta a receber alunos com deficiência de forma inclusiva, oferecendo salas com recursos, e encaminhando-os para atendimentos terapêuticos realizados pelo Centro de Educação Especial, que funciona no mesmo prédio.

**CI: Os alunos que têm deficiência fazem algum tipo de acompanhamento fora da escola? Qual é o procedimento para obter uma vaga?**

**Maria de Fátima:** Temos parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Areia Branca, no Rio Grande do Norte. Quando o aluno precisa de algum atendimento, a assistente social do Centro de Educação requisita a consulta, e oferecemos um atendimento mais rápido. Quando a mãe não tem condição de ir sozinha, disponibilizamos a professora do projeto socioeducativo, ou mesmo a assistente social para fazer o acompanhamento. E, seguindo orientações da Secretaria de Educação do Estado, fazemos a matrícula antecipada dos alunos com deficiência garantindo a vaga dele. Quando iniciam as inscrições, a família apenas formaliza a matrícula.

**CI: Existem aulas em Libras para pessoas com deficiência auditiva e de braille para pessoas com deficiência visual?**

**Maria de Fátima:** Por termos iniciado nosso trabalho como Centro de Educação Especial, com atendimentos às pessoas com deficiência, sempre tivemos essa preocupação. Por isso construímos uma escola inclusiva aberta a múltiplas relações, incluindo todos os processos que contribuam para a formação e a socialização dos alunos. Os alunos com deficiência auditiva e deficiência visual têm aulas semanais em sala de aula junto com todos; e em outro horário assistem às aulas de Libras e de braille. As aulas de Libras são ministradas por uma instrutora com surdez (ex-aluna da escola), e uma professora e intérprete de Libras. Os alunos com deficiência visual têm aulas de braille, ministradas por uma professora revisora. Utilizamos material didático-pedagógico diversificado e adaptado, como mapas, livros, músicas, jogos e vídeos, e a metodologia é organizada com planos diários para dois dias da semana e 60 minutos cada aula. O conteúdo trabalhado prioriza algumas áreas de dificuldades e necessidades individuais do aluno. Vale salientar que as aulas são abertas a alunos com deficiência auditiva e visual de outras escolas, e compartilhamos os conteúdos entre a escola e o Centro de Educação Especial, levando oficinas de Libras e braille para ambos.

**CI: Como é feita a inclusão dos alunos que têm deficiência com os estudantes que não têm?**

**Maria de Fátima:** Trabalhamos com o objetivo de aperfeiçoar cada dia mais os aspectos emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais, quer seja do aluno com deficiência ou não. O relacionamento entre os alunos é visto com naturalidade, fruto de um trabalho feito há mais de 20 anos. Dentro da nossa escola não há discriminação pela deficiência: todos participam

de apresentações culturais e atividades coletivas, e o professor trabalha com atividades diversificadas para que todos tenham acesso. Aqueles que escutam, tiram as dúvidas de quem não ouve, e vice-versa. Aqueles que enxergam ajudam os que têm deficiência visual, ditando textos para transcreeverem em braille; quem não enxerga, por sua vez, tira dúvida de quem vê; um aluno com deficiência intelectual ajuda aquele que usa cadeira de rodas em suas necessidades do ambiente escolar; e outro ajuda quem tem dificuldades motoras a atravessar a rua no caminho de casa à escola ou vice-versa. Assim, todos aprendem juntos.

**CI: Como é a relação dos pais dos alunos com a escola?**

**Maria de Fátima:** Os professores visitaram os alunos antes de iniciar as aulas para conhecer a realidade de cada um; convidaram para uma reflexão e para a primeira reunião na escola. Fizemos uma semana de atividades para as mães, com oficinas de Libras, braille, técnicas de relaxamento e reflexões de autoestima; palestras, atendimento médico, tarde de beleza e lazer. Sempre é feita uma avaliação da escola com a família, com o objetivo de melhorar o nosso trabalho. Na Semana das Pessoas com Deficiência, fizemos uma tarde de convivência com os alunos, fazendo apresentações preparadas especialmente para eles. E aproveitamos essas datas para trazer os alunos com deficiência até a escola para uma melhor convivência.

**CI: Todos os alunos estudam na escola até o 5º ano do Ensino Fundamental. Então, como é feita a orientação aos educadores da nova escola sobre os alunos com deficiência?**

**Maria de Fátima:** Uma equipe da escola e do Centro de Educação Especial visita a nova escola para avaliar a necessidade de um suporte pedagógico. Tivemos um exemplo há pouco tempo: na nova escola em que uma de nossas alunas com deficiência visual foi matriculada, no 6º ano, não existia a máquina braille. Imediatamente foi solicitada à Secretaria Municipal a aquisição de uma máquina para a escola. E, durante o ano letivo, os profissionais do Centro de Educação Especial acompanham esses alunos de acordo com as necessidades da nova escola.

*“Trabalhamos com o objetivo de aperfeiçoar cada dia mais os aspectos emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais, quer seja do aluno com deficiência ou não”*

**CI: Como é feito o atendimento educacional especializado?**

**Maria de Fátima:** Sabemos que o objetivo da inclusão é assegurar que todos os alunos possam ter acesso aos processos educacionais e sociais oferecidos pela escola. E o nosso papel, como educadores, não é só receber, mas também buscar meios para acabar com a exclusão. E foi dentro desse contexto que criou-se um projeto socioeducativo para atender aqueles alunos que precisavam de um acompanhamento mais individual, ou seja, não ficavam em sala de aula, ou tinham muita dificuldade de socializar-se com a turma. Desenvolvemos atividades, como suporte para melhor atendê-los. Com um grupo de dez alunos na faixa etária de 6 a 10 anos, foi feito um cronograma de atendimento que incluiu: reforço pedagógico, atividades da vida diária, esportivas e culturais, aulas de informática, atendimentos terapêuticos, aulas-passeio a lugares próximos à escola, como creches, supermercados, praças, entre outros. As atividades são desenvolvidas durante a semana, tanto individualmente como em grupo, fazendo com que a escola esteja atenta às singularidades de cada aluno, para que a aprendizagem se concretize no âmbito de suas possibilidades, permitindo sua inclusão ao mundo socioeducacional.

**CI: Nessa escola existem várias experiências com os estudantes com deficiência. Você poderia relatá-las?**

**Maria de Fátima:** Temos duas experiências bem significativas. Nós ficamos preocupados com um aluno com autismo. Ele veio para a nossa escola com muita dificuldade de relacionamento. No início, não entrava em sala de aula e era necessário que uma pessoa ficasse o tempo todo tentando levá-lo para uma atividade. Chorava bastante e era um pouco agressivo. Foi muito difícil. Aos poucos, conseguimos levá-lo até a sala, onde ele ficava até o intervalo. A professora principal trabalhava com uma auxiliar voluntária, que procurava um material didático que chamasse a sua atenção. Usava lápis colorido, pintura, cola, tesoura, revistas e tudo que era possível, mas o aluno só queria brinquedos, sobretudo, carros. Mesmo assim, ele aprendeu letras, números, cores, noções de quantidade e, inclusive, o próprio nome. Depois, sentimos a necessidade de um atendimento pedagógico além das atividades terapêuticas. Por suas características, o aluno acostudou-se com a professora auxiliar que havia lhe dado muita assistência no ano anterior, então, com conhecimento prévio que tinha sobre o aluno e com o bom relacionamento deles, ela descobriu seus interesses e percebeu o seu gosto por carros. Então, as atividades pedagógicas foram direcionadas aos seus interesses. O resultado foi fantástico! O aluno aprendeu a ler e escrever várias palavras, como carro, pare, roda, bola, trem, mão, entre outras; além de sinais de trânsito, cores, números, hora, geometria; a desenhar e interagir com a professora. Hoje ele fica em sala de aula em tempo integral, participa das atividades da escola,

brinca com outros alunos, não tem mais um comportamento agressivo, compreende situações atribuídas a ele em sala de aula, realiza tarefas de seu interesse, possui e utiliza o material escolar com responsabilidade e zelo, é perfeccionista e adora ir para a escola.

Outro fato importante aconteceu durante uma visita à zona rural de nossa cidade, onde encontramos uma garota de 5 anos com deficiência visual (cegueira decorrente de glaucoma) que, apesar de frequentar a escola, não era incluída nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Passava a maior parte do tempo folheando revistas no fundo da sala enquanto a aula era ministrada. Conversamos com os responsáveis dela e propusemos que ela fosse matriculada em nossa escola, já que dispomos de professor de braille, psicólogo e outros profissionais. Em princípio, nossa proposta foi negada, o que é compreensível pelo fato de a família temer pela integridade dos seus filhos com deficiência. Passado algum tempo, a equipe da escola retornou à zona rural e um novo convite foi feito, garantindo não só aulas em braille e outros profissionais, como também o transporte, proporcionando total acesso ao deslocamento da aluna de casa para a escola e de volta para a casa. Dessa forma, ela veio para nossa escola trazendo consigo muita expectativa e timidez. Aos poucos, fomos trabalhando tanto o lado social como o cognitivo dela, e ao final do ano letivo tivemos a gratificante satisfação de nossa aluna ter sido alfabetizada em braille. Hoje, ela se relaciona muito bem com todos da escola, desloca-se com desenvoltura, participa de todas as atividades, e monitora as aulas de braille. Os conteúdos ministrados em sala de aula foram adaptados de forma que ela possa analisar, classificar, nomear e aprender de forma satisfatória. A máquina braille foi introduzida em sala de aula, tornando possível a escrita de textos e atividades relacionadas. Em Matemática, trabalhamos com o soroban (equipamento específico para alunos com deficiência visual aprenderem Matemática) para resolver as operações fundamentais e os demais tópicos, como gráficos, expressões numéricas, frações e operações entre frações. Todos os conteúdos foram trabalhados de forma concreta, e também escritos em braille. As avaliações são feitas em braille e junto com seus colegas. Nossa experiência vem nos mostrando que a inclusão dá certo, pois é comum entrarmos em sala de aula e ver os alunos ajudando-se mutuamente, por exemplo, lendo o que está escrito na lousa para a aluna com deficiência visual.

**Centro de Educação Especial e Escola Estadual Professora Maria Lauretânia R. B. do Vale** – Rua José Amaro, s/nº – Bairro COHAB – Areia Branca – Rio Grande do Norte. Tel.: (84) 3332-3531 ou (84) 3332-2559 – E-mail: ceeslauva@hotmail.com ou fatima.luz@hotmail.com